

"Preciso de contrapartida"

Para o governador Arruda, o ideal é que as licenças-prêmio, outra modalidade de afastamento temporário das salas de aula, fossem transferidas para o período das férias escolares. A sugestão, porém, não agradou aos novos contratados. "Estou pegando a minha caneta e tomando a decisão política de diminuir os contratos temporários ao máximo, se possível zerá-los, e contratar pessoas que passaram em concurso público. Preciso de uma contrapartida. E essa contrapartida é que vocês tenham essa nova mentalidade", pediu ele.

O governador argumentou ainda que no caso do excesso de licenças, uma grande maioria sai prejudicada com o acúmulo de tarefas. "Se uma pequena minoria encosta por atestado médico, licença-prêmio, estresse, não sei o que mais, é claro que o peso fica maior para aqueles outros que, responsáveis, estão botando a cara e fazendo com que a educação vá para a frente", afirmou.

Com relação à escolha dos diretores, Arruda disse que a partir do segundo semestre deverão entrar em vigor as novas regras para a eleição, que se dará de forma democrática e por três pré-requisitos: títulos, experiência e consulta à comunidade escolar. O modelo foi adotado com sucesso nos estados de Minas Gerais e Ceará. "Não queremos escolher diretor de escola por politagem", explicou.